

COELCE

# Vereadores iniciam CPI e temem questionamento

**A preocupação é que os parlamentares extrapolem as competências do Legislativo municipal**

Os vereadores da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Companhia Energética do Ceará (Coelce) elegeram, ontem, Deodato Ramalho (PT) como presidente e confirmaram Joaquim Rocha (PV), autor do pedido, como relator. Integrantes do colegiado levantaram a preocupação de a apuração se ater às competências dos parlamentares municipais e da empresa com a cidade para que o trabalho do grupo não seja questionado na Justiça.

O requerimento encaminhado por Joaquim Rocha trata da investigação na ampliação e manutenção da rede de iluminação pública de Fortaleza. A Coelce, no entanto, informa em seu site que o serviço é de responsabilidade da Prefeitura de Fortaleza. Segundo a empresa, ela é responsável por distribuir a energia nos locais públicos de cada município da sua área de concessão.

Após a reunião da comissão, a questão foi discutida nos corredores da Casa por assessores que demonstraram apreensão com a situação. A CPI foi instalada no último dia 20 pelo presidente da Câmara Municipal, o vereador Salmuito Filho (PROS).

No encontro de ontem, ao ser eleito para presidir o grupo, Deo-



Vereador Deodato Ramalho foi escolhido presidente da CPI. A relatoria ficará com Joaquim Rocha, autor do pedido de instalação do colegiado. FOTO: FABIANE DE PAULA

dato Ramalho destacou que o trabalho focará no cumprimento de regras básicas do contrato de concessão do serviço. "A CPI não é contra a Coelce, é a favor do povo para compreender o que está acontecendo para a não prestação do serviço", apontou.

Márcio Cruz (PROS), que também pleiteou a Presidência, mencionou que conhece a realidade da iluminação pública da periferia de Fortaleza. A fala dele foi questionada pelo suplente da comissão Carlos Mesquita (sem partido), ponderando não haver relação entre a iluminação pública de Fortaleza e a Coelce, que seria função da Prefeitura.

O vereador afirmou que a comissão deve filtrar as demandas

de técnicos, porque a Coelce tem uma concessão que não é municipal. A iluminação pública não tem nada a ver com a Coelce, ela é uma ação da Prefeitura de Fortaleza, que tem um órgão devido", informou.

**Reguladoras**

Mesquita destacou que o aumento da conta de luz é fiscalizado pelas agências reguladoras nacionais e que vários fatores contribuíram para que o acréscimo atingisse até 100%.

Entre os motivos, ele citou que o Ceará tem cerca de 100 mil consumidores de energia que não renovaram o Número de Identificação Social por falta de recadastramento e perderam a tarifa para baixa renda. "Falta esclarecimento para saber o que diz respeito ao município, Estado e União para que não façamos ações que possam dar a Coelce o direito de ir à Justiça para entender que a CPI está avançando seus limites de constitucionalidade", pontuou.

Joaquim Rocha negou que o documento faria referência à iluminação e afirmou que trataria apenas da rede de energia. João Alfredo (PSOL) defendeu a contratação de técnicos e pediu que fosse disponibilizado meio de diálogo com a população. O colegiado decidiu que vai procurar o presidente Salmuito Filho para solicitar a convocação de assessores especializados. A reunião para tratar do calendário de atividades será na próxima terça-feira.

**Após a reunião da comissão, a questão foi discutida nos corredores da Casa por assessores que demonstraram apreensão com a CPI**

da população para não fugir do fato determinado no requerimento e das atribuições da empresa. Ele lembrou que a investigação tem desdobramentos.

"Já participei de várias CPIs e já li muito para saber o que é uma CPI, queria dizer que a principal atitude a ser tomada é se

**EDILMAR NORÕES**

edilmar@diarionordeste.com.br



**Discutindo Processo Penal**

O III Ciclo de Palestras sobre o Novo Código de Processo Penal será promovido pelo Tribunal de Justiça do Ceará tendo como coordenador o advogado Tiago Asfor Rocha, representante da OAB e sócio do escritório Rocha Marinho e Sales Advogados. O evento será aberto hoje, na Escola Superior de Magistratura,

das 17 às 19 horas com o tema "Garantias Constitucionais e o Novo CDP", apresentado por Marcus Coelho, presidente do Conselho Federal da OAB. A seguir, o advogado Rizzo Amaral, membro do Instituto Brasileiro de Direito Processual falará sobre o "Novo Código e o Combate à Massificação dos Processos".

**Preocupação**

Na audiência que teve com o superintendente do Departamento Nacional de Infraestrutura, Diógenes Tavares Linhares, o deputado Danilo Forte revelou sua preocupação acerca das obras doanel viário que liga a BR-222 à CE-020, no bairro Nova Metrópole, município de Caucaia, na Região Metropolitana de Fortaleza. Em suas considerações o parlamentar do PMDB cearense afirmou que "infelizmente aquela obra, por conta da demora na sua



conclusão, tem criado um verdadeiro caos social à medida em que se registra frequentes acidentes, principalmente envolvendo motociclistas, além de assaltos por conta do asfalto ruim e do mato crescente no entorno da obra".

**IGREJAS**

**Projetos de Lei retornam às comissões da Câmara**

Aprovados por unanimidade em primeira e segunda discussão no plenário da Câmara Municipal de Fortaleza, dois projetos de Lei da bancada evangélica que reduzem a fiscalização nos templos religiosos retornaram, ontem, pouco antes de serem deliberados em redação final e segunda discussão, para uma nova análise nas comissões técnicas da Casa. As votações foram anuladas com o argumento de que ocorreu uma irregularidade pela falta de publicação das matérias na pauta do colegiado.

A medida foi adotada pelo presidente da Câmara, Salmuito Filho (PROS), logo depois de uma reunião com o líder do Governo, Evaldo Lima (PCdoB), e o vereador João Alfredo (PSOL). O conflito foi causado pelo termo "alvará de instalação" em uma das proposições que da isenção de alvarás para templos religiosos.

Após críticas do socialista de que a matéria apresentaria riscos à população pela ausência de fiscalização nas edificações e o reconhecimento de Evaldo Lima, relator dos projetos, da contradição em um dos documentos que não foi observada por ele anteriormente, a ideia governista foi evitar um desgaste do prefeito Roberto Cláudio, que teria de sancionar ou vetar a iniciativa.

Um dos projetos quer dispensar a exigência do alvará para instalação e funcionamento de templos religiosos de qualquer natureza na Capital. Esse também trata sobre a isenção de licenciamento sonoro a qualquer estabelecimento com som ambiente de até 60 decibéis. O outro quer acrescentar ao Código de Obras e Posturas a ausência de fiscalização dos ruídos produzidos nos cultos religiosos, templos ou igrejas de qualquer natureza no horário de 8h às 22h.

**UM LANÇAMENTO EXCLUSIVO PARA O SEU BOM GOSTO.**

Garanta o seu Diário do Nordeste + Revista CARAS por um ano e ganhe, com exclusividade, 1 Kit CARAS Royal Collection.

Assine por **12X R\$ 69,90**

**Diário do Nordeste**

PROMOÇÃO VÁLIDA EXCLUSIVAMENTE PARA ASSINATURAS DA MODALIDADE ANUAL, 7 DIAS - REVISTAS CARAS, NOVAS DO HONORARIAS, EFETUADAS NO PERÍODO DE 01/08/2015 A 31/07/2016 OU EQUIVANTO. BÔNUS E EXTRAS: FORMAS DE PAGAMENTO À VISTA, CARTÃO DE CREDITO, DÉBITO BANCÁRIO, DÉBITO EM CÉDULO EM CONTA CORRENTE, FORMA DE PAGAMENTO PARCELADO. SELECIONE EM CARTÕES DE CREDITO, EM ATÉ 12 VEZES SEM JUROS, EM CASO DE RESCISÃO DO CONTRATO APÓS O RECEBIMENTO DO BÔNUS ENVIADO À PROMOÇÃO, O ASSINANTE FICARÁ SUJEITO AO PAGAMENTO DE MULTA PUNITIVA DE 30% TRINTA POR CENTO DO VALOR TOTAL DA ASSINATURA CONTRATADA, SEM COMO AO PAGAMENTO DO VALOR DE MERCADO DO BÔNUS RECEBIDO, DE FORMA A COMPENSAR E INDENIZAR O DIÁRIO DO NORDESTE PELOS INVESTIMENTOS REALIZADOS NA PROMOÇÃO. CONFORME DISPOSTO NOS ARTIGOS 410 E 412 DO CÓDIGO DE PROCEDIMENTO DO CONSUMIDOR, SENDO CERTO, ANDA, QUE TAL RESCISÃO DEVERÁ OCORRER POR ESCRITO ATRAVÉS DE CARTÃO REGISTRADO COM AVISO DE RECEBIMENTO AOS CUIDADOS DO DEPARTAMENTO DE CIRCULAÇÃO, SITO NA PRAÇA DA IMPRENSA, S/N - DOMÍNGOS TORRES - FORTALEZA - CE. O BÔNUS SERÁ ENTREGUE NO ENDEREÇO DE ENTREGA DO JORNAL, APÓS A CONFIRMAÇÃO DO PAGAMENTO DA ASSINATURA. ESTA PROMOÇÃO NÃO É ACUMULATIVA COM OUTRAS QUE PORVENTURA SEJAM EFETUADAS PELO JORNAL DIÁRIO DO NORDESTE.

**Ministra destaca ações em defesa da agropecuária**

Destacando a natureza classista da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e presidente João Martins recebeu a ministra Kátia Abreu da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) e principais assessores, além da presença de 47 parlamentares, entre senadores e deputados da bancada ruralista. Presidentes das federações que integram a CNA, assistiram a prestação de

contas do Mapa, dos primeiros seis meses de 2015. A ministra Kátia Abreu destacou as ações voltadas para o fortalecimento da defesa agropecuária; modernização, com gestão voltada para resultados e desburocratização; ampliação da classe média rural; formação de uma aliança nacional para inovação e pesquisa no campo; e que passe a ser um grande exportador de produtos lácteos.

**Poder Judiciário**

Em solenidade marcada para as 16 horas desta quinta-feira o juiz de Direito Heráclito Vieira de Sousa Neto assumirá as elevadas funções de desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará. Convidam para o solene ato a presidente Iracema do Vale, o vice-presidente Francisco Filgueira Mendes e o corregedor-geral da Justiça, desembargador Lincoln Araújo.

**Ação de governo**

O governo federal agendou para o Ceará, além da visita da presidente Dilma Rousseff nesta sexta-feira para o mesmo dia e mesma data, compromisso da ministra do Desenvolvimento Social, Tereza Campello, que vai presidir em Tauá solenidade de formatura de 3 mil e 800 concludentes no Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico.

**“ Queremos ouvir a população e todos os segmentos, e construir uma agenda para o local. O nosso objetivo é ouvir o máximo de representantes da cidade”.**

**VEREADOR SALMITO FILHO** sobre o Pacto em Ação, de sua iniciativa, que visa requalificar o Centro Histórico de Fortaleza.